



MALKA Y NEGRI

advogados

CLIPPING COVID-19

Informativo nº 057

18 de maio de 2020

SITE / ÓRGÃO	ATOS	RESUMO
STF	<p>Notícia - Escolas particulares contestam redução de mensalidades no CE durante calamidade pública, disponibilizada em 18.05.2020</p>	<p>A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6423, contra lei do Estado do Ceará que reduz as mensalidades na rede privada de ensino durante o estado de emergência decretado em razão do novo coronavírus. Segundo a entidade, a norma, que determina a redução dos valores em até 30%, usurpa a competência privativa da União para legislar sobre Direito Civil. Segundo a Confenen, a norma também viola o princípio da live iniciativa. A entidade sustenta que a única intervenção possível dos estados, no âmbito da educação privada, seria para o estabelecimento das diretrizes educacionais e da fiscalização das escolas, sendo vedada a edição de lei visando ao controle de preços. Ainda de acordo com a confederação, a lei não trata de educação, mas apenas regula a aplicação de um desconto sobre a prestação de um serviço que “por acaso, está relacionado à educação”.</p>
STJ	<p>Notícia - Justiça Federal no domicílio do aluno vai julgar mandado de segurança que pede antecipação do diploma, disponibilizada em 18.05.2020</p> <p>Notícia - Ministros do STJ e do STF debatem o futuro do direito pós-pandemia em evento filantrópico, disponibilizada em 18.05.2020</p>	<p>Caberá à Justiça Federal no estado de domicílio de um estudante analisar mandado de segurança impetrado após a instituição de ensino superior privada ter negado a expedição antecipada de seu diploma. O aluno do curso de farmácia na Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá entrou com o pedido de expedição do diploma após a publicação da Medida Provisória 934/2020, que, no artigo 2º, abriu a possibilidade de antecipação da conclusão de cursos da área de saúde, em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus. Segundo o estudante, apesar de preencher os requisitos previstos na MP, o pedido de expedição do diploma foi rejeitado na via administrativa porque a instituição de ensino não considerou legítimos os documentos apresentados.</p> <p>A Covid-19 e o futuro das cortes e do direito é o tema do debate on-line que a Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI) e a Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ), promovem no próximo dia 27, às 10h, com o objetivo de arrecadar fundos para mais de 200 estudantes de graduação que se encontram em situação vulnerável, agravada pela pandemia do novo coronavírus. Mediado por Cezar Augusto Rodrigues Costa, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e professor da Faculdade de Direito da UFRJ, o debate terá a participação dos ministros Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal; Luis Felipe Salomão e Benedito Gonçalves,</p>

		do Superior Tribunal de Justiça – os dois últimos formados pela FND.
UNIÃO	PORTARIA Nº 853 , publicada em 18.05.20	Disciplina o atendimento virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil realizado por meio do Chat RFB.
	PORTARIA Nº 69 , publicada em 18.05.20	Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19.
	PORTARIA Nº 387 , publicada em 18.05.20	Altera a Portaria nº 335, de 20 de março de 2020, para acrescentar medidas emergenciais na gestão do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.
CSJT	Notícia - Live: vice-presidente do TST/CSJT falará sobre acordos pré-processuais em tempos de crise , publicada em 18.05.20	O vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Vieira de Mello Filho, participa, nesta quarta-feira (20), a partir das 16h, de transmissão ao vivo (live) nos canais do TST no YouTube e no Instagram. O principal ponto da conversa são as soluções consensuais pré-processuais (acordos, conciliações e mediações) em tempos de crise.
MPT	Notícia - Termos de Ajuste de Conduta são firmados pelo MPT em audiências virtuais , publicada em 18.05.20	Contexto da pandemia levou a instituição a delinear novos contornos para a sua atuação em resposta ao cenário social
MPRJ	Notícia - MPRJ obtém no STF dois votos favoráveis à possibilidade do Judiciário determinar obrigações ao Poder Executivo na área de Saúde e pede a retomada do julgamento , publicada em 16.05.20	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Assuntos Cíveis e Institucionais (Subcível/MPRJ) e da Assessoria de Recursos Constitucionais Cíveis (ARC Cível/MPRJ), obteve votos favoráveis dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski e Luiz Fux, no julgamento virtual do Recurso Extraordinário (RE 684.612/RJ), iniciado em 8 de maio. O ministro Luís Roberto Barroso, por sua vez, pediu vista do processo, interrompendo a sessão. O parquet fluminense apresentou, nesta sexta-feira (15/05), petição requerendo a devolução dos autos, com a maior brevidade possível, para continuidade do julgamento em ambiente eletrônico.
	Notícia - MPRJ obtém decisão determinando medidas coercitivas para impedir carreatas e aglomerações em Niterói e todo o Estado e multa de R\$ 50 mil para organização , publicada em 16.05.20	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania e da Força Tarefa de Atuação Integrada na Fiscalização das Ações Estaduais e Municipais de Enfrentamento à Covid-19 (FTCOVID-19/MPRJ), obteve decisão judicial para aplicar multa de R\$ 50 mil a organizadores de manifestações em locais públicos em todo Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital e Niterói, durante a vigência das normativas de distanciamento social. O MPRJ já havia obtido decisão semelhante para todo o Estado no bojo da mesma ação civil pública ajuizada, tendo o Judiciário proibido a realização de atos com aglomeração de pessoas,

		como manifestações, carreatas, passeatas e afins, com obrigação do Estado de fiscalizar e coibir tais atos.
	Notícia - MPRJ e Defensoria obtêm decisão para que o Estado e o Município do Rio, em cinco dias, liberem leitos ociosos para ajudar no combate ao coronavírus , publicada em 15.05.20	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio das cinco Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva da Saúde da Capital, e a Defensoria Pública do Estado do Rio (DPERJ), obtiveram, na última quarta-feira (13/05), nova decisão favorável à ação civil pública ajuizada no último dia 08/05 para que o Estado e o Município do Rio coloquem em operação todos os leitos 'livres ociosos' e 'bloqueados/impedidos' existentes na rede estadual ou municipal em unidades na cidade do Rio, para que sejam utilizados. A decisão da 25ª Câmara Cível estende o prazo anterior para a execução das medidas, que era de 48 horas, para cinco dias, a contar da intimação dos governos estadual e municipal. A ACP requereu a liberação dos leitos para que os espaços sejam utilizados no combate à pandemia do novo coronavírus (COVID-19).
	Notícia - MPRJ obtém decisão proibindo a realização de carreata em Macaé , publicada em 15.05.20	O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Núcleo Macaé, obteve decisão favorável, junto à 1ª Vara Cível de Macaé, à Ação Civil Pública, ajuizada com pedido de tutela de urgência, para que o grupo “Direita Macaé” e seu presidente, Paulo Renan Trindade dos Santos Rodrigues, não realizem uma carreata neste sábado (16/05), às 14 horas, nas proximidades do Shopping Plaza Macaé, com o objetivo de reivindicar a reabertura do comércio na cidade.
TJRJ	Aviso 43 de 2020 , publicado em 18.05.2020	AVISA aos representantes das pessoas jurídicas ainda não cadastradas no SISTCADPJ – Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas que deverão efetuar o aludido cadastramento, no prazo de 15(quinze) dias da publicação deste Aviso, salientando que, decorrido o prazo, as pessoas jurídicas, com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, para realizarem o peticionamento (seja inicial ou intercorrente) no sistema eletrônico do Tribunal de Justiça, deverão atualizar e/ou realizar o credenciamento prévio, nos termos do art. 2º da Lei nº. 11.419/06, que terá como dado obrigatório o cadastro no sistema SISTCADPJ, para efeito de recebimento de citações e intimações.
	Provimento CGJ 39 de 2020 , publicado em 18.05.2020	Prorroga, no âmbito das Serventias Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, as providências determinadas nos Provimentos CGJ nos 19/2020, 20/2020, 22/2020 e 31/2020, em decorrência da Resolução nº 318/2020 do Conselho Nacional de Justiça.
	Notícia - Versão correta do Ato Normativo nº.14/2020 , disponibilizada em 18.05.2020	Disponibilizada a versão atualizada do Ato Normativo 14/2020 em virtude de uma incorreção do anterior. Os processos eletrônicos terão os prazos processuais suspensos a partir do dia 14.05.2020 até o dia 31.05.2020.
ERJ	Lei Estadual 8.824 de 14.05.2020 , publicada em 18.05.2020	Autoriza o poder executivo a conceder benefícios fiscais do ICMS incidentes nas operações e prestações realizadas no âmbito da adoção de medidas de prevenção ao contágio, de enfrentamento e contingenciamento da pandemia causada pelo

		novo coronavírus enquanto perdurar os efeitos do Decreto 46.973 de 16.03.2020.
	Resolução SEFAZ 148 de 15.05.2020 , publicada em 18.05.2020	Estabelece os procedimentos para requerimentos apresentados no sistema de atendimento digital RJ, no âmbito da subsecretaria de estado de receita.
	Decreto Estadual 47.079 de 18.05.2020 , publicado em 18.05.2020 (edição extra)	Institui comissão de acompanhamento dos hospitais de campanha para controle técnico-administrativo das unidades que visam o enfrentamento da Covid-19.
	Notícia - Secretaria de Turismo lança e-book "Tour Online em Museus" , disponibilizada em 18.05.2020	No Dia Internacional dos Museus, celebrado mundialmente no dia 18 de maio, a Secretaria de Estado de Turismo (Setur-RJ) lança uma novidade: o e-book "Tour Online em Museus". Trata-se de uma iniciativa digital para estimular os visitantes a passear de forma virtual pelos principais espaços de conservação da memória e do patrimônio histórico, sediados no estado do Rio de Janeiro.
	Notícia - Agendamentos para emissão de identidade retornam no Detran.RJ , disponibilizada em 18.05.2020	O Detran.RJ retomou nesta segunda-feira (18/5), os agendamentos para a emissão da carteira de identidade para casos emergenciais. E, a partir de agora, o usuário também terá a opção de agendar o serviço pelo site do órgão, com data e hora marcadas. Devido à grande procura, o agendamento precisou ser suspenso temporariamente na semana passada para que as pessoas que já haviam entrado em contato com o teleatendimento pudessem ser atendidas com mais rapidez. Para isso, o número de atendimentos na sede do órgão dobrou passando para 400 por dia.
CNJ	Notícia - Coronavírus: Casamentos por videoconferência se tornam opção em Pernambuco , disponibilizada em 18.05.2020	O casamento é a realização de um sonho para muitos casais que escolhem dizer o sim para o outro, de livre e espontânea vontade, e assumir as condições legais desse ato. Mas, por conta da necessidade de isolamento social, durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), muitas pessoas tiveram que adiar o casamento ou mudar seus planos, optando por uma celebração diferente, através de videoconferência, apenas com os noivos, o juiz e o oficial do cartório.
	Notícia - Corregedor nacional decide pedido do Conselho Federal da OAB sobre precatórios , disponibilizada em 18.05.2020	Não cabe à Corregedoria Nacional de Justiça regular, administrativamente, prazos constitucionais relativos a pagamentos e expedição de precatórios. O entendimento é do corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, ao decidir, nesta segunda-feira (18/5), em pedido de providências formulado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) que requeria a imediata liberação de precatórios e modificação de prazos de expedição, em razão da pandemia do novo coronavírus.
IBDFAM	Notícia - Governo Federal cria campanha para combater a violência doméstica , disponibilizada em 18.05.2020	Com o lema "Denuncie a Violência Doméstica - Para Algumas Famílias, o isolamento está sendo ainda mais difícil", o Governo Federal lançou na última sexta-feira (15), a Campanha de Conscientização e Enfrentamento à Violência Doméstica, com um alerta especial para o aumento do número de casos durante o período de isolamento social causado pela

		pandemia da Covid-19. A ação aborda não somente casos contra a mulher, mas também contra idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes.
CONJUR	Notícia - Toffoli reestabelece benefício de 50% a empresas do Sistema S , disponibilizada em 18.05.2020	Não cabe ao Poder Judiciário decidir quem deve ou não pagar impostos, ou quais políticas públicas devem ser adotadas sobre o tema, sob o risco de invadir a competência dos governadores. Com esse entendimento, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, reestabeleceu os efeitos da Medida Provisória 932 que reduz em 50% as alíquotas das contribuições para empresas do Sistema S.
	Notícia - Juíza autoriza liberação integral de FGTS de trabalhadora dispensada sem justa causa , disponibilizada em 18.05.2020	A juíza Patrícia Pereira de Sant'anna, da 1ª Vara do Trabalho de Lages (SC), autorizou a liberação imediata do valor integral do FGTS de uma trabalhadora, ao contrário do que prevê a MP 946/2020, que limitava o valor e as datas de saque do fundo em caso de demissão sem justa causa.
	Notícia - Concessionária não é serviço essencial na epidemia, diz desembargador do TJ-SP , disponibilizada em 18.05.2020	O desembargador Renato Sartorelli, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, negou mandado de segurança impetrado por uma concessionária de veículos contra o decreto estadual que determinou o fechamento de comércios e serviços não essenciais devido à epidemia da Covid-19.
	Notícia - Site de turismo é condenado a reembolsar viagem cancelada por Covid-19 , disponibilizada em 17.05.2020	A impossibilidade de realização da viagem pelo consumidor, na data escolhida, não pode obrigá-lo a concretizá-la em outra data, se esta não é a sua intenção, por circunstância a que não deu causa e sob pena de sofrer prejuízos econômicos.
	Notícia - Desembargador do TJ-SP autoriza atendimento presencial em restaurante popular , disponibilizada em 17.05.2020	O desembargador Renato Sartorelli, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu liminar que autoriza o atendimento presencial em um restaurante popular, localizado na Rodovia Regis Bitencourt, que atende inúmeros caminhoneiros e viajantes.
	Notícia - Juiz nega suspensão de pagamento de parcelas de veículo por Covid-19 , disponibilizada em 16.05.2020	O juiz Claudio Martins Vasconcelos, da 2ª Vara Cível de Santa Maria (DF), negou um pedido para suspender o pagamento de prestações referentes à aquisição de um veículo. O autor da ação alegou que é motorista escolar e, em virtude da epidemia da Covid-19, tem sofrido prejuízos financeiros por conta da suspensão das atividades.
Migalhas	Notícia - Cidade paulista deve restabelecer mais de 500 contratos de estágio suspensos na pandemia ,	O município de Caraguatatuba deve restabelecer 543 contratos de estágio que foram suspensos em razão da pandemia. Liminar foi deferida pela juíza de Direito Marta Andréa Matos Marinho, da 2ª vara Cível de Caraguatatuba/SP,

disponibilizada em 18.05.2020	ao destacar a importância do instrumento educacional e o caráter alimentar da bolsa-auxílio.
Notícia - Juiz restabelece carência de planos de saúde mesmo em casos de covid-19, disponibilizada em 18.05.2020	<p>O juiz de Direito Otto Bismarck Nobre Brenkenfeld, da 4ª vara Cível de Natal/RN, revogou liminar e indeferiu pedido da DP do Estado que pleiteava que os casos relacionados ao covid-19 fossem enquadrados como atendimentos de emergência.</p> <p>O magistrado observou que a decisão previa a dispensa do cumprimento dos prazos de carência contratual durante a pandemia. Para ele, a dispensa da carência indistinta acarretaria contratação em massa, sem que tivesse havido a contraprestação respectiva.</p>
Notícia - TST derruba obrigatoriedade de Uber fornecer álcool em gel a motoristas, disponibilizada em 18.05.2020	<p>A Uber conseguiu suspender decisão que obrigava o fornecimento de álcool em gel 70% aos motoristas cadastrados na plataforma, como medida de proteção à propagação do coronavírus. A liminar foi deferida pelo corregedor-Geral da Justiça do Trabalho e ministro do TST, Aloysio Silva Corrêa da Veiga.</p>
Notícia - Loja de shopping terá desconto de 40% no aluguel durante pandemia, disponibilizada em 17.05.2020	<p>Loja de sapatos localizada em shopping terá desconto de 40% no aluguel enquanto durar os efeitos dos decretos da pandemia. Decisão é do juiz de Direito Raul de Aguiar Ribeiro Filho, da 3ª vara Cível de Barueri/SP, que considerou que os efeitos dos decretos afetarão a relação entre as partes enquanto durar a suspensão das atividades.</p>

Aviso legal - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori

Danielle Dutra Soares

Luciana de Abreu Miranda

Advogados

Malka Y Negri Advogados